

Sociedade, Família e Escola

A. Teixeira Fernandes*

Resumo

O presente artigo, que toma por referência os processos de crise que caracterizam o desenvolvimento das relações sociais no mundo contemporâneo, procura estabelecer um conjunto de coordenadas interpretativas dos referidos processos a partir de um ponto de vista sociológico centrado na educação. Assim, depois da identificação das propriedades sociais e simbólicas mais relevantes das relações entre sociedade e família, o artigo efectua um exame da relação com a escola e reflecte sobre a importância que no interior desta poderá ter a formação para a cidadania activa.

As sociedades actuais têm-se vindo a constituir em palco onde se desenrolam inúmeras crises, às quais se procura tendencialmente responder com ideias feitas, sem se aproveitar a oportunidade de reflexão que elas proporcionam. Um certo desaparecimento do senso comum, por outro lado, que parece acompanhar, com relativa frequência, as mudanças, surge como um dos sintomas da sua gravidade. O relacionamento entre sociedade, família e escola abre uma perspectiva à abordagem de alguma da turbulência que afecta, na actualidade, diversas instituições.

Com a crescente desinstitucionalização da vida social, a família tornou-se “incerta”. Se o valor da família não parece conhecer, nos estudos empíricos, grande desgaste, a sua instituição encontra-se em crise. Multiplicam-se os modelos de conjugalidade. Poderá dizer-se que a família como instituição está em crise, mas não há crise da conjugalidade e, conseqüentemente, não há crise do valor da família, como não há crise em geral de valores nas sociedades de hoje, mas a sua diferente hierarquização. Diversa é, porém, a configuração que toma a conjugalidade.

O conhecimento que se vem tendo do mundo hodierno revela, por outro lado, que não é apenas a família que é “incerta”, “incerta” se apresenta, desde

* Professor do Departamento de Sociologia da FLUP; Investigador do Instituto de Sociologia da mesma Faculdade.

logo, a própria sociedade. A incerteza daquela não será mais do que um reflexo da incerteza que rodeia esta. Sociedade e família tendem a agir de maneira complementar. Ambas sofrem os efeitos da erosão das instituições. A crise da sociedade gera a crise da família e esta última crise dá origem a uma outra, a crise da juventude. Estas sucessivas crises reflectem-se depois na escola que passa a ser o espelho e o palco de contradições que atravessam as sociedades.

Como pano de fundo, poderá dizer-se que o mal-estar das sociedades tem a ver com o ambiente cultural e os universos valorativos e normativos que orientam a vida das pessoas. Entrou-se na era da ambivalência, da incerteza e do risco. Conforme afirma o grande dramaturgo do destino humano, Shakespeare, em o Hamlet, “o tempo está fora dos gonzos”, caracterizando assim a situação permanente da humanidade, a de um mundo que se encontra em permanente processo de deixar de ser, sem conseguir ser todo ainda, no seu constante estar sendo. Cada época conhece a sua própria modernidade. A enumeração de algumas características das sociedades e das famílias bastará para elucidar tal premissa. Não se pretende, de momento, frisar todos os aspectos dominantes, e sobretudo determinantes, mas apenas o que se torna necessário para a compreensão do que se encontra em debate.

1. A vida social de hoje é cenário de profundas transformações que atingem a própria existência humana, nas suas mais diversas expressões.

1.1. As sociedades actuais vivem sob o signo do futuro, perdendo crescentemente a consciência da importância do passado para se entender o presente. A socialização primária na família e o subsequente ensino na escola tendem a prescindir da indispensável inserção numa cultura. Porque não partem da cultura nem a fomentam, também não alimentam a memória e, desse modo, tendem a contribuir para a diluição das identidades. Não é só a sociedade que vem perdendo a sua memória. Deixam ainda de ter memória as classes sociais, as organizações, as Igrejas e as famílias. Ora, sem memória, não existem nem indivíduos, nem grupos, nem sociedades. O húmus da memória é a cultura.

1.2. A cultura dominante das sociedades tende a ser a cultura subjectiva ou subjectivada, enquanto cultura da imagem e cultura dos sentidos. Tal cultura está centrada na espontaneidade e na mera fruição. As sociedades vivem sob o signo das comodidades obtidas pelo progresso, ou por este desejadas e prometidas, com uma moral indolor, perdendo todo o seu sentido o esforço e a exigência, com a queda na maior facilidade possível.

1.3. Em consonância com esta visão, está uma sociedade incivil, permeada pelas mais diversas violências. Por toda a parte explode a agressividade, invadindo tanto os espaços públicos como a esfera privada. Depois do forte antagonismo de classes, surgem explosões que parecem passar à margem daquela dialéctica, na medida em que ora traduzem revoltas libertárias dotadas de um certo carácter utópico, ora revelam um processo narcisístico, como expressão do vazio social,

ora manifestam situações de desqualificação, como as que surgem, de forma tão violenta, em bairros suburbanos. A situação faz com que todos estejam expostos a permanentes agressões. A desinstitucionalização da vida social é acompanhada, por sua vez, de uma relativa impunidade, dando origem ao círculo vicioso da violência. As sociedades modernas tornaram-se incivis e violentas, com um sistema judiciário em permanente estado de stress.

1.4. As sociedades são assim afectadas por tendências contrastantes, umas de sentido positivo e outras de orientação negativa. Uma dessas tendências apresenta-se sob a forma de individuação-massificação. A massificação que vai grassando no mundo ocidental dilui progressivamente as relações sociais. A vida humana, sofrendo uma contínua destradicionalização e desterritorialização, faz com que o homem veja o seu horizonte estender-se para além das suas tradicionais habitualidades. Alargam-se as fronteiras da cidadania, à medida que se descobrem novos sentidos para a existência.

1.5. A fronteira entre o êxito e a exclusão aparece, por outro lado, demasiado tênue. A vida humana precisa ser continuamente reinventada em projectos que lhe dêem sentido. O cultivo da autonomia para se poder agir responsabilmente constitui-se em geral preocupação. Não pode haver autonomia sem capacidade de decisão e esta é de difícil exercício sem uma personalidade adequadamente estruturada. O crescimento da responsabilidade para se viver em sociedade pressupõe que cada um seja actor da sua própria existência, num mundo onde o futuro aparece incerto.

2. Se se fragmentam os valores, se se desnematiza a vida social e se a sociedade se torna incerta, esta incerteza arrasta consigo a incerteza da família.

2.1. Tem-se vindo a assistir a uma desvalorização do casamento como instituição. Transformou-se a relação entre os sexos e a mudança do estatuto da mulher postula a reorganização do funcionamento do lar. O desejo da felicidade presente, com o triunfo do imediatismo, invade o agregado familiar. Se tudo à volta se apresenta efêmero, não poderá ser eterno o amor, tornando-se hesitante e frágil. Do casamento como instituição, passou-se a uma pluralidade de modelos psicológicos de conjugalidade adequados ao novo sentimento do amor, eterno enquanto dura.

2.2. A família deixou de ser uma estrutura estável, para se constituir numa sucessão de estados ao longo da vida. Através de uma série de episódios de encontro e de desencontro, opera-se a recomposição das famílias. Nessa recomposição, cada um dos parceiros busca sobretudo a sua própria identidade e o que é possível de realização pessoal. A prioridade é dada ao projecto de felicidade. As pessoas casam-se para serem felizes e esta felicidade consiste na descoberta de si mesmas.

2.3. Todo o casamento contraído passa assim a ter no seu horizonte a possibilidade de divórcio, tornando-se este normal, sem ser acompanhado de

estigma. O matrimónio encontrava, nas sociedades tradicionais, o seu sentido nos filhos. Sem estes, não existia propriamente família. A criança resulta hoje de uma escolha. A diminuição da natalidade arrasta consigo uma alteração da afectividade no seio do lar. A criança centra a sua relação nos pais, sem encontrar a habitual relação com eventuais outros irmãos. Se a conjugalidade está orientada para a felicidade e não para os filhos, concebidos como um desejo e uma gratificação para os pais, acaba por ter a duração daquela mesma felicidade.

2.4. As famílias conhecem, em simultâneo, profundas transformações no que concerne a condição dos filhos. A violência passa a ser uma das características do seu mundo. Aqueles são, cada vez mais, objecto de ameaças de toda a ordem, exercidas directamente sobre eles ou vividas à sua volta. A violência penetra nos diversos ambientes familiares e nas diferentes classes sociais. E não se trata apenas da violência física mas também moral, em crescimento nos múltiplos modelos de conjugalidade. Os jovens convivem depois na escola com colegas oriundos de pais separados, de lares onde a agressividade é permanente, ou de famílias monoparentais. Não é a separação que perturba os jovens, é a agressividade de que é rodeada. O divórcio dos pais aparece como patogénico para os filhos, produzindo depressões, tendência para a delinquência e para a agressividade, e dificuldades escolares. Os conflitos que acompanham o divórcio são mais destruidores do que o próprio divórcio.

3. Os jovens são sempre uma função do estado geral da sociedade e do ambiente familiar em que nascem e são socializados.

3.1. Os filhos tendem a resultar mais de um desejo do que de uma finalidade matrimonial, têm mais a ver com uma subjectividade do que com uma instituição. As relações incertas entre cônjuges acabam por se tornar relações incertas entre pais e filhos. Para além da baixa natalidade e dos consequentes défices em termos de socialização, há uma transformação da imagem dos pais. A mudança social e cultural, fazendo com que sejam outros os objectivos do casamento, produz diversificados efeitos sobre os filhos.

3.2. As crianças não permanecem iguais de geração em geração e de sociedade em sociedade, porque a educação das novas gerações também não é a mesma, assim como não é idêntico o contexto em que ela ocorre. O modelo prevalente de educação na família não consiste mais na incorporação de práticas disciplinares, mas em fazer com que os filhos sejam eles mesmos. Não se trata de corrigir e de impor modelos de autoridade. A própria hierarquia entre gerações tende a desaparecer, passando todos à condição de simples parceiros. No passado, pretendia-se, com a educação, que as gerações sucessivas reproduzissem as anteriores. Hoje tem-se mais em vista a performance.

3.3. Abandonado o padrão da autoridade paterna e prevalecendo o primado da identidade e da felicidade de cada um, a atenção da psicologia actual volta-se sobretudo para os “talentos escondidos” e, desde então, os pais deixam de pre-

tender ver nos filhos o que desejavam ser para procurarem desenvolver as suas potencialidades. No entender de François de Singly, “a criança deve tornar-se ela própria”, tal parece ser o imperativo categórico dos “novos princípios da educação relacional”. Nesta perspectiva, “os pais devem descobrir os talentos ocultos da criança”, o que significa “a recusa, por parte dos promotores da educação relacional, em estabelecer as regras de um comportamento”¹. A família não será mais do que um revelador da pessoa. A educação consistirá em fazer com que a criança e o jovem se encontrem a si mesmos, que descubram a sua identidade. Perdeu-se o sentido desta identidade como construção. Não só se abandona a psicologia do esforço, como ainda se faz acreditar aos jovens que eles possuem já um sentido crítico, sem necessidade de o cultivar. Esta orientação prevalente na educação em família, e depois na escola, traduz o fim de toda a preocupação com a criação da pessoa em liberdade e responsabilidade em autonomia.

3.4. Passa-se de uma educação como construção a uma educação permissiva e condescendente. No primeiro caso, afirma-se a autoridade, como elemento na estruturação da personalidade, agora promove-se a espontaneidade com todas as suas ambivalências. Os filhos são formados para a espontaneidade, que é um valor, mas sem necessidade do respeito por regras, que é uma exigência de vida em comum. O principal combate será então contra o conformismo no cultivo da autenticidade, porque, “no âmbito da educação liberal, a franqueza é uma qualidade muito mais importante do que a obediência”². O que importa é evitar os constrangimentos e favorecer a espontaneidade, esquecendo que os constrangimentos são uma consequência da liberdade.

3.5. Mas mais do que a aquisição da autenticidade, os jovens ficam desarmados no ambiente familiar e passam de imediato a ser colonizados pelo meio ambiente, mais do que autónomos e autodirigidos, passam a ser conduzidos pelos outros. Não se desenvolvem as capacidades e os meios de defesa perante as inúmeras dificuldades da vida social. A educação não estará orientada para a autonomia e, sem esta, facilmente se cai nas mais diversas dependências.

3.6. Os jovens não são, deste modo, formados para a vida social, não adquirindo o sentido do respeito pelos outros. A criança não é um ser “bom”, como também não é um ser “mau”, é um ser “inacabado”, uma natureza em devir, em construção, como em construção será toda a vida de adulto e mesmo de idoso, enquanto velhice activa. É evidente que se deve respeitar a identidade da criança e do jovem, mas devem reunir-se ainda outras condições. Os filhos, no ambiente familiar, tendem a ser hoje envolvidos numa ternura alienante, longe de uma educação estruturante da sua personalidade e normalizadora das suas condutas.

¹ François de Singly, *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 144 e 147.

² François de Singly, *O Eu, o Casal e a Família*, p. 154.

Partindo-se da bondade inata da criança, abandona-se toda e qualquer proibição e sanção. Não se tem em vista o ajudar a construir uma personalidade autónoma.

3.7. A protecção excessiva ou a sua total ausência colocam, de facto, a criança num presente absoluto, sem passado e sem futuro. Somente conta a intensidade do momento, sem consequências para os próprios actos. Neutralizando-se o futuro, desvaloriza-se o outro, conferindo-lhe um mero carácter instrumental. Defende-se a criança e o jovem de tudo e de todos, incutindo neles a sensação de que o que conta são apenas eles, com os seus direitos e sem qualquer obrigação. Se não se constrói o sentido da responsabilidade, o jovem passa a viver num mundo de ilusões, num mundo para além do bem e do mal. Somente a aquisição da autonomia permite conceber os direitos como algo ao mesmo tempo seu e de todos os outros.

3.8. Desde que se perde o sentido da autoridade e não se desenvolve o espírito de responsabilidade, tudo se transforma em objecto de negociação com a criança: faz isto e obterás aquilo. Os pais tenderão, desde então, a ver “a criança não como um receptáculo, uma massa virgem e maleável, na qual possam ser gravados os grandes princípios da moral, mas sim como um indivíduo digno de respeito, um parceiro com o qual é preciso negociar”. Na família, “as crianças mudaram de estatuto”, tornando-se “interlocutores dos pais”. A protecção constitui-se em negociação. Não existem normas obrigatórias, faltam os “imperativos categóricos”, dominando apenas os imperativos “hipotéticos”. Trata-se de uma moral condicional, pois “quando a regulação moral não é justificada a partir de cima, através da existência de regras superiores, os pais sentem a necessidade de encetar negociações com o filho”³. O que outrora era disciplina, agora é opressão. Não se reconhecendo a autoridade no meio da família, menos ainda se reconhece a autoridade no espaço escolar. Os pais tornam-se advogados dos filhos e o professorado constitui-se em profissão de risco, porque não haverá limites à expressão da agressividade.

3.9. Se a comodidade extingue o sentido do esforço, a educação tende a ser feita por um processo de sedução. Tudo se reduz então a um jogo. O antigo quadro disciplinar é substituído, segundo Gilles Lipovetsky, pelas “ondas radiosas da sedução” que “se tornou o processo geral tendente a regular o consumo, as organizações, a informação, a educação, os costumes”. Toda a vida social passa a ser comandada por uma “apoteose das relações de sedução”⁴. Esta torna-se a relação dominante, na super-abundância das escolhas proporcionadas pelas actuais sociedades, substituindo as relações dirigistas por uma diversidade de ofertas.

3.10. A socialização da juventude oscila entre a proibição excessiva e a liberdade de uma emancipação precoce. Pode haver uma infância prolongada e uma adolescência precoce. A criança não sabe assim situar-se, obedecendo mais

³ François de Singly, *O Eu, o Casal e a Família*, pp.151 e 152.

⁴ Gilles Lipovetsky, *L'Ère du Vide*, Paris, Gallimard, 1987, p. 19.

ao princípio do prazer do que ao princípio da realidade. Não se adapta ao meio, é o meio que a força a adaptar-se a ele. Tornando-se absoluta a sua vontade, tudo passa a ser permitido.

4. Os jovens assim formados não chegam a desenvolver “sentimentos de segurança ontológica” e a construir o seu “casulo protector” capaz de os acompanhar com confiança nas diversas situações da existência⁵. Uma vez inseridos na sociedade, passam a assemelhar-se mais à sua época do que aos seus pais. Porque as sociedades se tornaram “sociedades electivas”, as relações perdem o seu carácter impositivo. As crianças super-protégidas tendem, num contexto mais alargado, a afirmar-se em oposição ao lar, em busca de liberdade e de autonomia. Saem de uma infância, por vezes, fácil e entram num mundo difícil e sem defesas.

4.1. Não se formando a vontade indispensável à maturidade, é grande a fragilidade psicológica do adolescente e do jovem⁶. Protégidos em casa, sentem-se inseguros na vida social. Os jovens de hoje nem sempre conhecem um tempo de crescimento harmonioso, de emancipação progressiva e controlada, de assunção de normas estruturantes da personalidade.

4.2. Fragilizados e desorientados, ficam sem referências seguras face aos problemas com que deparam. Passam da dependência dos pais à dependência do grupo, não suportam a autoridade paterna mas entregam-se à autoridade dos colegas. A imaturidade prolonga-se. Se os conflitos na família são resolvidos mediante a negociação, na vida social tendem, não raro, a encontrar resposta através da violência. A reacção passa, nesse caso, a orientar-se ora no sentido do conformismo ora na direcção da delinquência juvenil. A emancipação da autoridade dos adultos, em vez de a libertar, submete a criança a uma autoridade bem mais feroz, a tirania da maioria.

4.3. O homem é, na verdade, um ser sempre inacabado, um ser em construção, sendo necessário, através da cultura, superar as pulsões da violência. O amor pode constituir também um perigo, pois “chamar à família contemporânea ‘família afectiva’ não é suficiente: isto mascara um segundo elemento igualmente decisivo: o grupo familiar como estrutura susceptível de ajudar, através das suas relações, à construção de cada um. O homem e a mulher devem ser ‘reveladores’ nas suas relações conjugais, e devem sê-lo também nas suas relações educativas”⁷. No seu desinteresse e na sua gratuidade, pode dar-se a entender que o desenvolvimento dos recursos não exige qualquer esforço. O sentimento amoroso não basta, podendo constituir mesmo um risco.

⁵ Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 1994, pp. 32 e 113; Sabine Chalvon-Demersay, “Une société élective”, in *Esprit*, Agosto-Setembro, 1997.

⁶ Claire Brisset, *Un Monde qui Dévore ses Enfants*, Paris, Liana Levi, 1997.

⁷ François de Singly, *O Eu, o Casal e a Família*, p. 143.

4.4. Os jovens caem, desde então, facilmente na “fadiga de se ser”⁸. A sociedade necessita de um enorme investimento em cultura cívica. Aumenta a violência e procuram-se substitutos de segurança interior mediante excitações artificiais. O fenómeno começou por afectar as classes médias e superiores e atinge hoje todos os estratos sociais. As dificuldades são resolvidas através de substâncias psicotrópicas. O défice de cultura cívica anda associado a uma ausência de autonomia.

5. A educação é uma questão de transmissão de um património comum, de inculcação de uma cultura. Esta cultura oferece valores e regras de conduta. As contradições que atravessam a sociedade invadem a família e criam o contexto próprio da vida dos jovens. Muitas famílias fazem com que as crianças vivam fora da sociedade, não sentindo necessidade de um esforço para a integração em espaços mais alargados onde vigoram regras que precisam ser respeitadas. Além disso, muitas crianças, sem ambiente familiar, deambulam pelo espaço anárquico da rua.

A manutenção das sociedades tem a ver com a sua capacidade de transmissão às gerações vindouras dos seus princípios e dos seus valores. Perdendo-se essa capacidade, entram em estagnação ou em decadência. A crise dos jovens traduz a crise da sociedade. Esta última origina e serve de motor à crise da família e à crise dos jovens. Dá-se uma desinstitucionalização da vida privada.

A família está orientada para a espontaneidade. A passagem progressiva desta ao domínio de si mesmo, por parte de cada um, constitui a formação da pessoa. Mas não se opera tal passagem, se não se supera o instantâneo e não se perspectiva a vida no horizonte do futuro. A sociedade aparece, por outro lado, extremamente permissiva. Não existem reguladores na insegurança crescente. Os jovens, com uma personalidade frágil, ficam desorientados.

As pessoas confrontam-se, em tal situação, com um número maior de incertezas e são chamadas a reinventar continuamente a própria vida e a dar-lhe um sentido. A mudança profunda da individualidade obriga a substituir as regras fixas de conduta do passado por uma constante chamada à responsabilidade de si mesmo. Enquanto a vida individual aparecia outrora enquadrada por instituições e actores organizados, hoje situa-se no campo da responsabilidade pessoal. Os indivíduos são forçados a encontrar sentido num mundo de indeterminação e de incerteza. Se a acção considerada legítima é a que se refere à autenticidade e à subjectividade, haverá que introduzir mecanismos de comunicação consigo mesmo e com os outros que tornem possível a coexistência e a actividade colectivas.

⁸ Alain Ehrenberg, *La fatigue d’Être Soi*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1998; Alain Ehrenberg, *L’Individu Incertain*, Paris, Calmann-Levy, 1995.

Ora uma sociedade onde predomina um individualismo que, mais do que assinalar e acentuar a concentração sobre a vida privada, promove e consagra a autonomia da subjectividade, que obriga as pessoas a confrontarem a sua autonomia na acção com as liberdades e os constrangimentos do contexto em que se encontram, tem necessidade de uma escola que forme para a autonomia e para a responsabilidade. Se o indivíduo cai na incerteza própria de uma sociedade complexa e de um futuro extremamente opaco, compete à escola formar para a liberdade pessoal, tornando o ensino/aprendizagem indissociável da cidadania.

Tal objectivo é alcançado quando, ao lado de uma boa preparação científica, que constitui o aluno em profissional competente na sociedade, se promove uma formação humanista que ofereça uma visão do mundo e desperte uma consciência responsável de cidadania. As competências desenvolvidas não podem ser dissociadas do exercício da cidadania, e não de uma qualquer cidadania, mas de uma cidadania activa.

6. A escola passa a ser o espaço onde se encontram e se reflectem todos os conflitos e todas as contradições das sociedades e das famílias. Não se pretende, de momento, traçar o quadro caracterizador do actual ambiente escolar. Salienta-se apenas que ele se encontra perante uma sociedade, uma família e alunos que mudaram, não só quantitativa, mas sobretudo qualitativamente.

A entrada na escola permite à criança começar a defrontar a sociedade. Aprender é essencialmente crescer humanamente. A escola vê-se confrontada com inúmeras funções que não lhe competiam no passado.

Os jovens tendem a transportar para a escola o ambiente de incivilidade e de agressividade que vivem na família e no meio ambiente que os rodeia. A passagem à escola fá-los, muitas vezes, sonhar com um mundo de liberdade e de felicidade, ao abrigo dos constrangimentos quotidianos.

Compete cada vez mais à escola promover a introdução das crianças e dos jovens no espaço público, onde é indispensável controlar a espontaneidade e saber reagir, de forma civilizada, aos estímulos do presente. A escola passa, desde então, a ter de desenvolver as competências e os saberes indispensáveis à integração social e à inserção posterior no mercado de trabalho. As famílias deixam-nos desarmados nesse processo, entregando tal encargo a outras instituições.

A escola fica perante uma autêntica quadratura do círculo: a igualdade de possibilidades, as desigualdades de resultados e a selecção pelo mérito. O problema está em querer oferecer a todos iguais oportunidades de sucesso escolar, sem lhes fornecer semelhantes condições para o conseguirem. Com a massificação da escola, diversificam-se as motivações dos alunos. Pretende-se proporcionar a todos um ensino de longa duração, só que o ritmo da aprendizagem varia com o tipo de alunos, de harmonia com as suas competências anteriormente adquiridas em família. A complexidade das sociedades oferece uma multiplicidade de actividades. Descobre-se, por outro lado, que não há uma relação estreita entre

competências adquiridas na escola e transição ao trabalho. Isso coloca a escola, sem excluir as universidades, num grande impasse.

A resolução deste problema parece passar por um repensamento dos programas escolares, pela diversificação das aprendizagens e das diversas formas de transição ao mercado de trabalho, para que as escolas sejam espaços interessantes, diminuam as taxas de abandono escolar e os jovens e a sociedade beneficiem das diversas competências exigidas pela sua crescente complexidade. São os alunos, as famílias e as sociedades que mudaram. Estas mudanças acabaram por afectar o sistema educativo. A juventude de hoje não é mais a de ontem.

Os jovens, assim como os adultos, são portadores de matrizes de percepção e de apreciação diferenciadas, que os colocam perante ordens de significação e valores diversos. O sistema de disposições é o resultado de uma incorporação estruturada de sucessivas experiências que condicionam as práticas sociais e culturais. Situada num campo onde se cruzam algumas contradições, a escola é chamada a substituir a mera transmissão do saber por um trabalho que ajude o aluno no seu esforço de construção do seu próprio conhecimento. Ensinar passa a ser fundamentalmente uma actividade de fazer aprender a capacidade de aprender, permitindo a cada um descobrir por si mesmo.

A educação que fomenta a criatividade e a inovação será aquela em que, em simultâneo, se desenvolve a capacidade de adaptação à mudança. Uma transformação radical está em vias de se operar no mundo actual. Ao lado de competências específicas, haverá que preparar para a contínua mudança. O desenvolvimento de tais capacidades passa pela valorização de duas dimensões importantes: a abertura à cultura, enquanto espaço de vivência social, e o cultivo de personalidades fortes susceptíveis de fazer face às crises. Isso exige do professor o domínio de uma concreta área de especialidade e o conhecimento de culturas da juventude.

O problema assume hoje particular relevância, sabendo-se que não existem agências de orientação extensivas aos diversos sectores sociais. Terminou o monopólio de qualquer instituição na produção social de um sentido unificado para a totalidade da vida social. Desapareceram os recintos circunscritos e protegidos de significação. São múltiplos e concorrentes os universos simbólicos que rodeiam a vida individual e colectiva.

Temos uma sociedade “incerta”, uma família “incerta” e indivíduos “incertos”. A escola foi pensada e formada para outros tempos: para uma sociedade regulamentada, uma família estruturalmente estável e indivíduos relativamente bem socializados. A escola era uma função das famílias, respondendo às suas expectativas, e uma função da sociedade, preparando para um mundo previsível e estável. Hoje nada é previsível e estável, a não ser a mudança. Mas as sociedades não podem funcionar sem um conveniente quadro de normatividade

Se os jovens estão habituados a uma família de agressividade e de violência, facilmente aceitam ou promovem a violência na escola, sendo simultaneamente

vítimas e actores desta situação. Em consequência disso, a escola deixa de ser um mundo de ordem, a violência encontra-se nela instalada e os jovens caem facilmente em situações de risco e tornam-se um problema social.

Se os jovens não aceitam a autoridade dos pais, acabam por recusar a autoridade dos professores. A relativa correspondência entre sociedade, família e escola deixou de existir, no seu sentido positivo. Tanto a família como a escola trabalhavam, outrora, na base de normas e de princípios de obediência e de sentimentos de respeito. Ora, a crise da autoridade em educação anda associada à crise da tradição, quer dizer, ao abandono da perspectiva do passado, sem a orientação apoiada para um futuro incerto. Mas se as sociedades de hoje deixaram de estar estruturadas pela autoridade e unidas pela tradição, a verdade é que não será possível educar fazendo delas tábua rasa. E a demissão generalizada da autoridade paterna gera fenómenos em cadeia.

A sociedade tende, por sua vez, a caucionar este estado de coisas. O cultivo da autonomia para se agir responsabilmente é, cada vez mais, uma preocupação social. Mas não pode haver autonomia sem capacidade de decisão e esta é de difícil exercício sem uma personalidade adequadamente estruturada. O crescimento da responsabilidade para se viver em sociedade faz com que cada um deva ser o actor da sua própria existência, num mundo onde o futuro se torna incerto.

A escola passa a confrontar-se com problemas para os quais não se encontra, em geral, preparada. O mundo escolar torna-se crescentemente caótico e ameaçador. Existe um conflito latente entre professores e pais. Aqueles desejam que os pais assumam as suas responsabilidades e sejam mais activos na educação dos filhos. Os pais querem que os professores assegurem o que, ao demitirem-se, não conseguem realizar.

A escola sofre as consequências de todo este mal-estar. Entrou-se num círculo infernal de insatisfações: insatisfação dos professores que não dispõem dos indispensáveis equipamentos e de alunos devidamente socializados e motivados; insatisfação dos pais, na sua vontade de transferir para outras instituições uma função que tradicionalmente lhes compete; e insatisfação dos jovens tornados meros utentes das escolas, onde vivem em tensão entre conflitos da família, desregulação geral da vida social e a incapacidade de apreensão da relação entre o que lhes é solicitado de momento e o que esperam ou não esperam exercer no futuro. Em tal contexto, é difícil fazer actuar um ensino/aprendizagem indissociável da cidadania activa exigida pelas actuais sociedades. O problema não é exclusivo de Portugal, é vivido no mundo ocidental.

O Estado segue a via mais fácil. Atende às consequências, sem se interrogar sobre as causas. Culpabiliza a escola, os professores, o ensino. Atende pouco à complexidade das sociedades, às disfunções das famílias e aos problemas que lhes são postos. Parece querer-se que os professores substituam os pais e que a escola resolva os problemas da sociedade. Ora isso não parece ser possível. A questão está em saber se deve haver uma escola única para uma sociedade

complexa e múltipla e se a escola de formação de elites está adaptada à formação de massas.

A escola tradicional estava, de facto, orientada para a formação de elites. Isso correspondia ao desejo das famílias e às necessidades das sociedades. Se a escola deve atender aos momentos diversificados da aprendizagem, ao crescimento intelectual dos alunos, favorecendo o desenvolvimento das estruturas operatórias formais do conhecimento e adaptando-se a esse crescimento, parece que deve diversificar-se. Não é possível conhecer sem a aquisição de estruturas operatórias formais suficientemente desenvolvidas e flexíveis, capazes de estar abertas a novos conhecimentos. Permanece a tensão entre a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino.

Perante tal tensão, a política educacional tende a privilegiar ora uma ora outra das tendências, sem encontrar o necessário equilíbrio, quase sempre em obediência à bipolaridade dos erros. A conciliação de uma escolaridade agradável e fácil com as exigências mutáveis da sociedade e da qualidade do ensino não parece ser fácil de obter. Os alunos acomodam-se mais facilmente àquela facilidade do que a esta exigência, porque estão dominados mais pelo princípio do prazer do que pelo princípio da realidade.

Impõe-se a elevação do nível cultural da população. Nas políticas culturais, tem havido alguma preocupação com certa democratização da cultura. O que não tem existido é a preocupação com a criação de uma democracia cultural que, ao mesmo tempo que oferece consumos culturais, seja capaz de desenvolver as competências necessárias à fruição cultural no seu consumo. Esse objectivo dificilmente será alcançado se a própria escola não se tornar, ela mesma, um espaço cultural. Participar na formação de pessoas não é somente contribuir para moldar a sociedade de amanhã, é igualmente abrir a humanidade a novos possíveis.

As crises do ensino são crises das sociedades, crises das famílias, crises gerais da vida. As crianças e os jovens deixam de se assemelhar aos pais para se assemelharem à sua época e ao meio em que se encontram. Mudou a sociedade, mudou a família, mudaram os alunos. E a escola?

O que se poderá dizer é que não é fácil conceber a escola sem a sua inserção na sociedade. E inserir a escola na sociedade é fazer com que ela se integre, em projecto, no projecto geral da sociedade. Essa integração faz-se mediante a permanente presença da sociedade no interior da escola. Esta dupla inserção põe em relevo a necessidade de uma formação para a cidadania. A formação para uma cidadania activa implica o envolvimento da sociedade, através de todas as organizações e movimentos da sociedade civil, e não apenas das famílias. Somente deste modo, os alunos se poderão sentir motivados e empenhados numa acção colectiva que faça sair a sociedade da situação de geral apatia em que se encontra. Mas o empenhamento numa acção colectiva não será possível sem um projecto de sociedade, que a envolva na sua totalidade. Este parece ser o grande desafio hoje colocado à sociedade portuguesa.

Résumé

Dans ce texte, qui prend par objet les processus de crise dans le développement des rapports sociaux dans le monde contemporain, on cherche à établir un ensemble de coordonnées interprétatives de ces processus à partir d'un point de vue sociologique centré sur l'éducation. Ainsi, après l'identification des propriétés sociales et symboliques plus importantes des rapports entre société et famille, le texte propose un examen du rapport avec l'école et réfléchit sur l'importance que à l'intérieur de cette dernière pourra avoir la formation pour la citoyenneté active.

Abstract

In this text, that has as an object the processes of crisis now developing in contemporary world's social relations, we try to establish a set of interpretative coordinates of these processes from a sociological perspective centered on education. Thus, after identifying the social and symbolical properties of the relations between society and family, the text proposes an exam of the relation with school and reflects on the importance of having in its interior an active education for citizenship.